



Mulheres quebradeiras de coco

Agroextrativismo:

uma alternativa sustentável para a produção familiar na região dos babaçuais

Miguel Henrique P. Silva e Helciane Araújo*

Famílias de trabalhadores e trabalhadoras rurais, assentadas pelos governos federal e estadual no Médio Mearim, região central do estado do Maranhão, há 15 anos vêm desenvolvendo com sucesso sistemas agroextrativistas que combinam agricultura, pecuária e o extrativismo do coco de babaçu, uma palmeira nativa da região. Seguindo os princípios da agroecologia, essas famílias, em seus cultivos orgânicos, também conhecidos como “roças cruas”,

não fazem uso da queimada, não derrubam palmeiras e não empregam agroquímicos. Ao promover uma grande campanha pela preservação do meio ambiente e pela vida nos babaçuais, essa experiência inovadora conquistou o Prêmio Chico Mendes de Meio Ambiente, organizado pelo Ministério do Meio Ambiente, e foi classificada entre as 30 melhores tecnologias sociais do Brasil no Prêmio Fundação Banco do Brasil em Tecnologia Social, instituído em conjunto com a Unesco.

O que nos dias de hoje aparece em abundância pode no futuro se transformar em um grande vazio. A floresta de babaçu está sendo devastada por grandes proprietários decididos a ocupar as terras com a pecuária extensiva.

Assim como os estados do Piauí, do Pará e do Tocantins, o Maranhão integra a chamada região dos babaçuais (18,5 milhões de hectares), sendo o maior produtor de babaçu, com 10,3 milhões de hectares. Em toda a região, cerca de 300 mil pessoas, denominadas quebradeiras de coco de babaçu, sobrevivem do extrativismo do fruto da palmeira considerada a “mãe”, pois dela tudo se aproveita: com as palhas, as mulheres preparam suas moradias e utensílios de trabalho; do coco, extraem a amêndoa que lhes dá o azeite comestível e o óleo industrial; o mesocarpo serve como um complemento alimentar; e o carvão produzido da casca do coco é utilizado nos fogões domésticos. Estudos indicam que cerca de 68 subprodutos podem ser extraídos dessa palmeira.

Na região do Médio Mearim, cerca de 11 mil mulheres sustentam suas famílias com a extração e venda da amêndoa, do mesocarpo e da produção do carvão. Juntamente com os filhos e maridos, elas coletam e quebram o coco. As amêndoas são vendidas nos comércios locais ou trocadas por produtos de primeira necessidade. Os preços de venda variam bastante (entre R\$0,40 e R\$1,20/kg) em função do período do ano e da região.

Mas o que nos dias de hoje aparece em abundância pode no futuro se transformar em um grande vazio. A floresta de babaçu está sendo devastada por

grandes proprietários decididos a ocupar as terras com a pecuária extensiva. Com programas de incentivo governamentais e alegando a defesa de seus interesses, fazendeiros e empresas instaladas na região desconsideram a economia do babaçu, praticada secularmente pelos diferentes grupos que vivem da produção familiar, e privatizam o coco, impedindo o acesso das mulheres aos babaçuais.

Em resistência a esse processo, as mulheres lutam pela implantação de leis municipais que garantam o livre acesso aos babaçuais, ainda que em terras particulares, e que proíbam a devastação dos mesmos. O primeiro projeto de Lei Babaçu Livre foi elaborado em 1997, no município de Lago do Junco, em um esforço coletivo de diversas organizações: a Associação de Mulheres Trabalhadoras Rurais de Lago do Junco e Lago dos Rodrigues (AMTR); a Associação em Áreas de Assentamento no Estado do Maranhão (Assema); e o Movimento Interestadual das Quebradeiras de Coco Babaçu (MIQCB). A partir de então, a luta se expandiu aos municípios de Lago dos Rodrigues, São Luiz Gonzaga, Esperantinópolis, Capinzal do Norte e Imperatriz, no Maranhão, e Axixá, em Tocantins.

Foto: Arquivo Assema



Trabalho de campo com grupo de mulheres

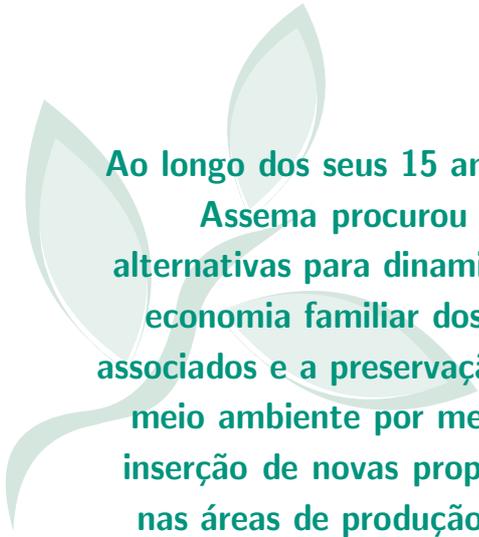
Desenvolvendo alternativas produtivas sustentáveis

O sistema agroextrativista foi concebido dentro de um processo de organização cooperativista e associativista assumido pelas famílias em meados dos anos 80, após uma década de luta pela posse da terra. As famílias assentadas formaram uma associação que promoveu o uso de técnicas alternativas de cultivo e que organizou a comercialização coletiva.

Fundada em maio de 1989, a Assema resultou justamente da necessidade das famílias dos municípios de Lago do Junco, São Luís Gonzaga do Maranhão, Esperantinópolis e Lima Campos se organizarem.

Em 1997, a Assema iniciou uma experiência inédita na região por meio do plantio em “roças cruas”, no povoado de Centro do Coroatá, município de Esperantinópolis, introduzindo duas inovações técnicas importantes nos sistemas tradicionais: o preparo da terra sem o uso da queimada e o plantio de “culturas brancas” em consórcio com as palmeiras de babaçu. Essas práticas pioneiras foram importantes no sentido de demonstrar que a palmeira não é um empecilho para o tipo de agricultura tradicionalmente praticado na região. Dessa forma, os resultados positivos dessas iniciativas estimularam a reflexão sobre a devastação dos babaçuais na área de abrangência da Assema.

Com base nessa experiência, a Cooperativa dos Pequenos Produtores Agroextrativistas de Lago do Junco iniciou a implantação de “roças cruas” entre seus filiados com três objetivos: erradicar o uso do fogo para preparo de áreas de cultivo no município; eliminar os longos períodos de *pousio*, visto que com o sistema inovador a mesma área de produção pode ser utilizada seguidamente por muitos anos; e incentivar a produção e a comercialização de produtos orgânicos pelas famílias do projeto. Atualmente 32 famílias empregam o sistema e a cooperativa exporta óleo de babaçu *in natura* para a Inglaterra e para os Estados Unidos. Em 2002 foram exportados 64.940 quilos, e em 2003, 58 mil quilos.



Ao longo dos seus 15 anos, a Assema procurou gerar alternativas para dinamizar a economia familiar dos seus associados e a preservação do meio ambiente por meio da inserção de novas propostas nas áreas de produção e de comercialização.

Outras iniciativas de apoio à produção estimulam o desenvolvimento da consciência agroecológica nos filiados. No povoado de São José dos Mouras, município de Lima Campos, foi construída uma unidade de desidratação de frutas, beneficiando 10 famílias que empregam sistemas agroextrativistas. Em Esperantinópolis, as famílias investem na extração e beneficiamento do mesocarpo do babaçu. Já na comunidade de Santana, em São Luiz Gonzaga do Maranhão, foi criada uma unidade de produção de geléias, compotas e licores. As mulheres que conduzem esse grupo procuram agregar valor a suas atividades pela diversificação da produção e pela busca de mercados mais amplos.

Ao longo dos seus 15 anos, a Assema procurou gerar alternativas para dinamizar a economia familiar dos seus associados e a preservação do meio ambiente por meio da inserção de novas propostas nas áreas de produção e de comercialização. Além disso, lutou pelos direitos sociais e econômicos dos sócios e sócias, pleiteando políticas públicas que possam facilitar o acesso dos grupos organizados a serviços e benefícios oferecidos pelos programas governamentais.

**Miguel Henrique P. Silva:
sociólogo e técnico do Programa de
Políticas Públicas da Assema.*

*Helciane Araújo:
socióloga, jornalista e assessora
de comunicação da Assema.
comunicacao@assema.org.br*